

MPF pede bloqueio de R\$ 1,2 bi da Vale por vazamento

Acidente atingiu cursos d'água que alimentavam o rio Paraopeba

Divulgação/ Prefeitura de Congonhas - MG

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora Vale, em duas ações ligadas a vazamentos de água e sedimentos ocorridos em janeiro nas minas de Viga e Fábrica, ambas na cidade mineira de Congonhas.

Os pedidos foram feitos em duas ações, uma para cada mina. No caso da mina de Fábrica, o bloqueio pedido foi de R\$ 1 bilhão, sendo os outros R\$ 200 milhões referentes ao acidente na mina de Viga.

Os vazamentos atingiram cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, argumenta o MPF nas ações. A quantia bloqueada diz respeito a danos a serem reparados.

Falha

Para o MPF, houve “falha no controle da operação de estruturas de contenção de efluentes da mina”. De acordo com a acusação, reservatórios que deveriam servir para o controle do fluxo de água não possuíam sistemas de drenagem capazes de suportar chuvas fortes, contrariando as obrigações da mineradora na prevenção de extravasamentos.

“Além disso, a mineradora não comunicou o fato imediatamente às autoridades, o que contraria deveres legais de transparência e dificulta a resposta da Defesa Civil”,



A quantia bloqueada diz respeito a danos a serem reparados

disse o MPF, em nota.

Os procuradores pediram, ainda, que a Vale seja obrigada a contratar uma auditoria técnica independente para acompanhar as obras necessárias para garantir a segurança das minas.

O MPF também quer que a mineradora produza rapidamente um relatório completo sobre a situação de estruturas semelhantes em todas as suas minas no estado de Minas Gerais.

Procurada, a Vale informou que “tomou conhecimento da ação do Ministério Público Federal referente ao extravasamento ocorrido na mina de Viga, em Congonhas (MG). A empresa já

se manifestou nos autos e apresentará oportunamente a sua defesa dentro do prazo legal”.

Entenda

Os vazamentos nas minas de Viga e Fábrica, que ficam a cerca de 22 quilômetros uma da outra, ocorreram entre os dias 25 e 26 de janeiro.

No caso do rompimento de uma cava da mina de Fábrica, o material atravessou o dique Freitas e seguiu carreando sedimentos e rejeitos de mineração, provocando impactos ambientais, mas sem vítimas. Houve vazamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha mi-

nério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral.

O material levado pelo vazamento chegou a atingir uma área de outra mineradora - a CSN - provocando danos materiais. Depois, essa lama chegou ao rio Goiabeiras, que atravessa parte da área urbana da cidade, antes de se encontrar com o rio Maranhão, já na área central de Congonhas.

O rio Goiabeiras é afluente do rio Maranhão e este, por sua vez, deságua no Paraopeba, o mesmo que passa por Brumadinho e foi atingido pelo rompimento de uma barragem da Vale em 25 de janeiro de 2019, há sete anos.

SP: R\$ 6,4 bi para 37 mil novas moradias

O governador Tarcísio de Freitas anunciou nesta quarta-feira (4) um pacote de investimentos habitacionais de R\$ 6,4 bilhões para 37 mil novas moradias em todas as regiões do estado. A iniciativa reúne diversas frentes do Casa Paulista, maior programa habitacional da história de São Paulo, com autorizações para início imediato de novas construções, obras em parceria com prefeituras, melhorias habitacionais e projetos estruturantes integrados a eixos ferroviários.

“A gente está chegando em todos os lugares do estado. A gente está preocupado em dar dignidade e fazer a diferença. Com 81 mil residências entregues em três anos, é como se a gente estivesse entregando mais de 70 habitações todos os dias. É isso o que está acontecendo aqui com o Casa Paulista. É o maior programa de moradia da história do estado de São Paulo. Isso é realizar sonhos e isso não tem preço”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

No conjunto de ações imediatas, o governador autorizou R\$ 1,9 bilhão para construir 10.050 novas moradias em 146 municípios, por meio da produção direta pela CDHU e da modalidade Carta de Crédito Associativa (CCA).

Pela produção da CDHU, o Estado licita e constrói moradias destinadas prioritariamente às famílias de menor renda. Já a CCA é voltada para o financiamento estadual de imóveis do setor privado, sem cobrança de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e de registro em cartório, com pagamento da parcela inicial somente após 30 dias da entrega das chaves. Outras 23 mil moradias serão construídas a longo prazo em 10 municípios na Grande São Paulo e região de Campinas.

O pacote inclui convênios com nove municípios pelas modalidades Casa Paulista – Preço Social e Casa Paulista – CCI Municípios. O Preço Social viabiliza casa própria para famílias de baixa renda em terrenos públicos, com valores abaixo do mercado. Já o Casa Paulista – CCI Municípios fortalece a atuação das prefeituras no fomento local ao somar subsídios municipais às Cartas de Crédito Imobiliárias do Estado, aplicadas a fundo perdido para atendimento a famílias com renda de até três salários mínimos.

Operação invbestiga PMs suspeitos de fazer segurança para facção em SP

Agência SP

A Corregedoria da Polícia Militar realiza nesta quarta-feira (4) uma operação para apurar o envolvimento de policiais militares na prestação de serviços de segurança privada a uma empresa de ônibus suspeita de envolvimento com uma facção criminosa na capital paulista.

São cumpridos 16 mandados de busca e apreensão e outros três de prisão contra os investigados.

A operação decorre de investigação instaurada após o compartilhamento de provas reunidas em um processo que apura crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, em trâmite na 2ª Vara de Crimes Tributários e Organização Criminosa da Capital.

As apurações indicam que policiais militares teriam atuado na



Investigação identificou ações de pelo menos três policiais

segurança pessoal e patrimonial do dono da empresa investigada entre os anos de 2020 e 2024, atividade que é contra o regulamento da corporação.

As informações surgiram a partir dos desdobramentos da

Operação Fim da Linha, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo, por meio do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), em conjunto com a Polícia Militar, o Conselho Administrativo

de Defesa Econômica (Cade) e a Receita Federal.

A investigação revelou a existência de duas empresas de ônibus responsáveis por lavar recursos ilícitos de uma facção criminosa envolvida em crimes como tráfico de drogas, roubos e outros.

Essas duas concessionárias do transporte público eram responsáveis pelo deslocamento diário de milhões de passageiros na capital paulista e, até então, as atividades irregulares passavam despercebidas.

A análise do material compartilhado apontou ainda a participação direta de policiais militares na gerência e na execução da segurança das empresas, além da proteção pessoal de suspeitos apontados como integrantes da facção criminosa e alvos da Operação Fim da Linha.